

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	575.928.712
Preferenciais	0
Total	575.928.712
Em Tesouraria	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
Total	35.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.162.573	2.234.699
1.01	Ativo Circulante	491.717	455.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.339	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	12	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	39.327	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	207.977	163.353
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	207.977	163.353
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	207.977	163.353
1.01.03	Contas a Receber	213.730	200.402
1.01.03.01	Clientes	213.730	200.402
1.01.03.01.01	Valores a receber de cliente	1.238	117
1.01.03.01.02	Juros sobre o capital proprio e dividendos	41.540	17.113
1.01.03.01.05	Direitos de créditos autônomos	170.952	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.432	26.481
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.432	26.481
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	239	170
1.01.08.03	Outros	239	170
1.01.08.03.01	Outras contas	239	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.670.856	1.779.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	669.650	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.483	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.483	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	627.220	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	627.220	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.947	3.820
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.947	3.820
1.02.02	Investimentos	1.001.026	1.099.017
1.02.02.01	Participações Societárias	1.001.026	1.099.017
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	56.980	52.611
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	944.046	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	161	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	161	194
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	161	194
1.02.04	Intangível	19	22
1.02.04.01	Intangíveis	19	22
1.02.04.01.02	Intangíveis	19	22

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.162.573	2.234.699
2.01	Passivo Circulante	153.144	113.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	838	702
2.01.01.01	Obrigações Sociais	164	166
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	164	166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	674	536
2.01.02	Fornecedores	194	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	194	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	66	1.417
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64	1.416
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	64	1.416
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	142.968	103.415
2.01.04.02	Debêntures	142.968	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	9.078	7.541
2.01.05.02	Outros	9.078	7.541
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	9.078	7.541
2.02	Passivo Não Circulante	745.894	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	742.492	767.738
2.02.01.02	Debêntures	742.492	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por Repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	1.242	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.242	36.044
2.03	Patrimônio Líquido	1.263.535	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.231.427	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	33.809	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.532	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19.233	50.185

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.472	100.446	210.313	242.754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.019	-102.407	-48.185	-86.188
3.03	Resultado Bruto	15.453	-1.961	162.128	156.566
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	147	-1.573	25.974	31.357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.348	-2.911	-1.831	-3.089
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	8	0	512
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.495	1.330	27.805	33.934
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.600	-3.534	188.102	187.923
3.06	Resultado Financeiro	11.185	21.066	21.412	38.908
3.06.01	Receitas Financeiras	11.299	21.279	21.646	39.586
3.06.02	Despesas Financeiras	-114	-213	-234	-678
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.785	17.532	209.514	226.831
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	3.791	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.785	17.532	213.305	226.831
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	26.785	17.532	213.305	226.831
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04651	0,03044	0,35313	0,37552

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	26.785	17.532	213.305	226.831
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-50.702	-69.418	49.586	135.881
4.02.01	Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-76.180	-102.360	70.584	221.324
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	-423	-1.860	0	-10.193
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	25.901	34.802	-20.998	-75.250
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.917	-51.886	262.891	362.712

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.886	-433.351
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.349	211.966
6.01.01.01	Resultado líquido do período	17.532	226.831
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29	24
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-1.330	-33.934
6.01.01.10	Receitas com títulos e valores mobiliários	-571	-571
6.01.01.12	Despesas com provisão de férias, 13º sal. e encargos	586	472
6.01.01.14	Variação monetária líquida	36.122	17.811
6.01.01.15	Amortização de custo de transação	1.003	1.205
6.01.01.16	Rendimento negativo de debêntures	0	128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.537	-645.317
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre o capital próprio e dividendos)	-1.121	-174
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-29.328	-34.817
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-3.951	-8.036
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-41.382	-688.558
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-127	-21
6.01.02.07	(Aumento)/diminuição de outras contas	-69	-68
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-67	-35
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	136	-451
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	-1.351	-1.198
6.01.02.11	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	1.537	-8.455
6.01.02.15	Recebimentos de créditos autônomos	81.260	102.044
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.548
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	15	3.233
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	30	0
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-15	-29
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	0	3.262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-84.816	548.172
6.03.01	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-12.833
6.03.02	Recebimentos de debêntures	0	642.735
6.03.03	Amortização de debêntures sênior	-27.839	-69.109
6.03.04	Juros pagos das debêntures sêniores	-8.913	-12.621
6.03.06	Juros pagos das debêntures de 4ª emissão	-48.064	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.915	118.054
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.339	231.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.275	0	-179.275	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	179.275	0	-179.275	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.532	-69.418	-51.886
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.532	0	17.532
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-69.418	-69.418
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-1.860	-1.860
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativo financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-102.360	-102.360
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	34.802	34.802
5.07	Saldos Finais	1.231.427	33.809	0	17.532	-19.233	1.263.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	-12.353	-17.883	0	840.507
5.04.01	Aumentos de Capital	1.756.188	0	0	0	0	1.756.188
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.353	0	0	-12.353
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.883	0	-17.883
5.04.09	Provisão para redução de Capital - Convênios	-885.445	0	0	0	0	-885.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	226.831	135.880	362.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.831	0	226.831
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	135.880	135.880
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-10.194	-10.194
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	221.324	221.324
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-75.250	-75.250
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	18.237	208.948	206.917	1.486.362

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	65.348	66.944
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.025	256
7.01.02	Outras Receitas	64.323	66.688
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	2.317	3.449
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	61.998	62.727
7.01.02.03	Outras receitas	8	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.430	-1.722
7.02.04	Outros	-1.430	-1.722
7.02.04.01	Custos processuais	-69	-51
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-476	-485
7.02.04.03	Despesas administrativas	-885	-1.186
7.03	Valor Adicionado Bruto	63.918	65.222
7.04	Retenções	-29	-24
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.889	65.198
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.056	250.233
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.330	33.934
7.06.02	Receitas Financeiras	21.279	39.597
7.06.03	Outros	35.447	176.702
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	35.447	176.702
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	121.945	315.431
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	121.945	315.431
7.08.01	Pessoal	2.887	2.950
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.408	2.427
7.08.01.02	Benefícios	310	308
7.08.01.03	F.G.T.S.	169	215
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	938	1.010
7.08.02.01	Federais	874	980
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	62	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.588	84.640
7.08.03.01	Juros	98.120	81.744
7.08.03.02	Aluguéis	22	21
7.08.03.03	Outras	2.446	2.875
7.08.03.03.01	Obrigações por repasse	1.230	2.197
7.08.03.03.02	Despesas financeiras	1.216	678
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.532	226.831
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	17.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.532	208.948

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.166.311	2.235.001
1.01	Ativo Circulante	547.411	498.329
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.554	65.254
1.01.01.01	Caixa e bancos	13	7
1.01.01.02	Aplicações financeiras	80.541	65.247
1.01.02	Aplicações Financeiras	207.977	197.757
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	207.977	197.757
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	207.977	197.757
1.01.03	Contas a Receber	213.529	195.454
1.01.03.01	Clientes	213.529	195.454
1.01.03.01.01	Valores a receber de clientes	1.037	69
1.01.03.01.02	Juros sobre capital próprio e dividendos	41.540	12.213
1.01.03.01.03	Direitos de créditos autônomos	170.952	183.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.007	28.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.007	28.045
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	34.007	28.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.344	11.819
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.094	11.649
1.01.08.01.01	Imóveis para venda	11.094	11.649
1.01.08.03	Outros	250	170
1.01.08.03.01	Outras contas	250	170
1.02	Ativo Não Circulante	1.618.900	1.736.672
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	669.650	679.806
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	38.483	41.725
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	38.483	41.725
1.02.01.03	Contas a Receber	627.220	634.261
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	627.220	634.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.947	3.820
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.947	3.820
1.02.02	Investimentos	949.069	1.056.650
1.02.02.01	Participações Societárias	949.069	1.056.650
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.023	10.244
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	944.046	1.046.406
1.02.03	Imobilizado	162	194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	162	194
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	162	194
1.02.04	Intangível	19	22
1.02.04.01	Intangíveis	19	22
1.02.04.01.02	Intangíveis	19	22

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.166.311	2.235.001
2.01	Passivo Circulante	156.882	113.638
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	844	710
2.01.01.01	Obrigações Sociais	170	174
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	170	174
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	674	536
2.01.02	Fornecedores	194	261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	194	261
2.01.03	Obrigações Fiscais	775	1.693
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	141	1.588
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	74	166
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	67	1.422
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	634	105
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	142.968	103.415
2.01.04.02	Debêntures	142.968	103.415
2.01.05	Outras Obrigações	9.702	7.559
2.01.05.02	Outros	9.702	7.559
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	9.702	7.559
2.01.06	Provisões	2.399	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.399	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2.399	0
2.02	Passivo Não Circulante	745.894	805.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	742.492	767.738
2.02.01.02	Debêntures	742.492	767.738
2.02.02	Outras Obrigações	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	2.160	2.160
2.02.02.02.03	Obrigações por repasse	2.160	2.160
2.02.03	Tributos Diferidos	1.242	36.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.242	36.044
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.263.535	1.315.421
2.03.01	Capital Social Realizado	1.231.427	1.052.152
2.03.04	Reservas de Lucros	33.809	213.084
2.03.04.01	Reserva Legal	33.814	33.814
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	179.275
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.532	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19.233	50.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	68.564	100.738	210.313	242.754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.211	-102.963	-48.185	-86.188
3.03	Resultado Bruto	15.353	-2.225	162.128	156.566
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.030	-6.880	20.358	19.425
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.690	-3.527	-1.897	-3.341
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	8	0	512
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-340	-3.361	22.255	22.254
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.323	-9.105	182.486	175.991
3.06	Resultado Financeiro	14.398	29.035	29.878	56.866
3.06.01	Receitas Financeiras	14.512	29.248	30.112	57.544
3.06.02	Despesas Financeiras	-114	-213	-234	-678
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.721	19.930	212.364	232.857
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-936	-2.398	941	-6.026
3.08.01	Corrente	-936	-2.398	941	-6.026
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.785	17.532	213.305	226.831
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	26.785	17.532	213.305	226.831
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	26.785	17.532	213.305	226.831
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04651	0,03044	0,35313	0,37552

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	26.785	17.532	213.305	226.831
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-50.702	-69.418	49.586	135.881
4.02.01	Varição no valor justode ativos financeiros disponíveis para venda	-76.180	-102.360	70.584	221.324
4.02.02	Participação no resultado abrangente de coligada	-423	-1.860	0	-10.193
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	25.901	34.802	-20.998	-75.250
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-23.917	-51.886	262.891	362.712
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-23.917	-51.886	262.891	362.712

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.102	-433.351
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.590	229.672
6.01.01.01	Lucro líquido do período	17.532	226.831
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29	24
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	-22	0
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	3.361	-22.254
6.01.01.06	Receitas com títulos e valores mobiliários	-571	-571
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.398	6.026
6.01.01.08	Despesas com provisão para férias, 13 sal. e encargos	738	472
6.01.01.09	Variação monetária líquida	36.122	17.811
6.01.01.10	Amortização de custo de transação	1.003	1.205
6.01.01.11	Rendimento negativo de debêntures	0	128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	39.512	-663.023
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto juros sobre capital próprio e dividendos)	-1.121	-174
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de juros sobre capital próprio e dividendos	-29.328	-34.817
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	-5.962	-15.032
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-6.978	-699.049
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	-127	-21
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas	475	-68
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de fornecedores	-67	-35
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	135	-448
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	-918	-1.420
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	2.143	-8.455
6.01.02.12	Recebimentos de créditos autônomos	81.260	102.044
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-5.548
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	14	3.233
6.02.01	Venda de ativo imobilizado	30	0
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-16	-29
6.02.04	Recebimentos de títulos e valores mobiliários	0	3.262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-84.816	548.172
6.03.01	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	-12.833
6.03.02	Recebimentos de debêntures	0	642.735
6.03.04	Amortização de debêntures sêniores	-27.839	-69.109
6.03.06	Juros pagos das debêntures sêniores	-8.913	-12.621
6.03.08	Juros pagos das debêntures 4ª emissão	-48.064	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.300	118.054
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.254	113.589
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.554	231.643

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.052.152	33.809	179.275	0	50.185	1.315.421	0	1.315.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.275	0	-179.275	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	179.275	0	-179.275	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.532	-69.418	-51.886	0	-51.886
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.532	0	17.532	0	17.532
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-69.418	-69.418	0	-69.418
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-1.860	-1.860	0	-1.860
5.05.02.07	Variação no valor justo dos ativo financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-102.360	-102.360	0	-102.360
5.05.02.08	Tributos s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	34.802	34.802	0	34.802
5.07	Saldos Finais	1.231.427	33.809	0	17.532	-19.233	1.263.535	0	1.263.535

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	181.522	-5	30.590	0	71.037	283.144	0	283.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	870.743	0	-12.353	-17.883	0	840.507	0	840.507
5.04.01	Aumentos de Capital	1.756.188	0	0	0	0	1.756.188	0	1.756.188
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.353	0	0	-12.353	0	-12.353
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.883	0	-17.883	0	-17.883
5.04.08	Provisão para Redução de Capital - Convênios	-885.445	0	0	0	0	-885.445	0	-885.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	226.831	135.880	362.711	0	362.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.831	0	226.831	0	226.831
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	135.880	135.880	0	135.880
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-10.194	-10.194	0	-10.194
5.05.02.07	Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	221.324	221.324	0	221.324
5.05.02.08	Tributos s/Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-75.250	-75.250	0	-75.250
5.07	Saldos Finais	1.052.265	-5	18.237	208.948	206.917	1.486.362	0	1.486.362

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	65.670	66.944
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.347	256
7.01.02	Outras Receitas	64.323	66.688
7.01.02.01	Receitas de recuperações de créditos	2.317	3.449
7.01.02.02	Receitas de atualizações de créditos	61.998	62.727
7.01.02.03	Outras receitas	8	512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.431	-1.876
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-556	0
7.02.04	Outros	-1.875	-1.876
7.02.04.01	Custos processuais	-69	-51
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-524	-485
7.02.04.03	Despesas administrativas	-1.282	-1.340
7.03	Valor Adicionado Bruto	63.239	65.068
7.04	Retenções	-29	-24
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.210	65.044
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.334	256.511
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.361	22.254
7.06.02	Receitas Financeiras	29.248	57.555
7.06.03	Outros	35.447	176.702
7.06.03.01	Receitas de participações acionárias	35.447	176.702
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.544	321.555
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.544	321.555
7.08.01	Pessoal	3.026	3.032
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.537	2.509
7.08.01.02	Benefícios	310	308
7.08.01.03	F.G.T.S.	179	215
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.398	7.052
7.08.02.01	Federais	3.329	7.022
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	67	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.588	84.640
7.08.03.01	Juros	98.120	81.744
7.08.03.02	Aluguéis	22	21
7.08.03.03	Outras	2.446	2.875
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.230	678
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	1.216	2.197
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.532	226.831
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	17.883
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.532	208.948

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



- **DESEMPENHO OPERACIONAL**

Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no período findo em 30 de junho de 2015 o montante de R\$2.317 mil, inferior em 33% ao mesmo período de 2014, quando a arrecadação totalizou R\$3.448 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. No período, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$3.672 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor superou em 175% o apurado no mesmo período de 2014, quando totalizou R\$1.335 mil.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores conquistados.

Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$817.433 mil. No período findo em 30 de junho de 2015, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$61.998 mil, enquanto os valores recebidos no trimestre totalizaram R\$81.259 mil (R\$102.044 mil no mesmo período de 2014). Desta forma, em 30 de junho de 2015 a carteira possui um saldo de R\$798.172 mil a receber. Neste valor está refletido o efeito do valor justo no reconhecimento inicial.

Debêntures

A Companhia vem cumprindo rigorosamente seus prazos de pagamento da remuneração e da amortização das Debêntures emitidas (segunda, terceira e quarta emissões), conforme previsto nas respectivas Escrituras de Emissão.

No período findo em 30 de junho de 2015, a MGI efetuou os seguintes pagamentos aos debenturistas:

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ITR 02/2015 | consolidado**

	Pagamentos Efetuados (em R\$ mil)		
	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	-	-	-
3ª emissão	8.913	27.839	36.752
4ª emissão	48.064	-	48.064
Total	56.977	27.839	84.816

A terceira emissão de debêntures paga juros e amortização mensais, enquanto a quarta emissão paga juros semestrais e possui carência de amortização, sendo a primeira parcela devida em julho de 2016. A segunda emissão de debêntures subordinadas, totalmente subscrita pelo Estado de Minas Gerais, possui vencimento em 2022 e sua quitação pode ocorrer mediante dação em pagamento de parte ou totalidade do saldo da carteira de direitos de crédito autônomos. Existe a possibilidade de ocorrerem amortizações extraordinárias conforme disponibilidade de recursos, porém no período findo em 30 de junho de 2015 não ocorreu amortização.

A Companhia contabilizou, a título de variação monetária passiva relativa às três emissões acima mencionadas, o montante de R\$98.120 mil, superior em 22% ao apurado no mesmo período de 2014. O aumento da variação monetária se deve ao aumento da taxa DI e ao fato de a quarta emissão ter ocorrido em maio de 2014.

A MGI possui, em 30 de junho de 2014, um saldo de R\$91.890 mil a pagar, considerados os efeitos do valor justo, relativo às debêntures subordinadas (segunda emissão), R\$103.370 mil referentes às debêntures da terceira emissão e R\$690.200 mil em relação às debêntures da quarta emissão, totalizando R\$885.460 mil.

Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Helibrás, Cemig, Copasa e empresas do grupo Gerdau.

Esses investimentos proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R\$35.447 mil no período. Essas receitas foram inferiores em 80% às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$176.712 mil.

Da participação na Helibrás, a Companhia obteve um resultado negativo de R\$3.361 mil em equivalência patrimonial. No mesmo período de 2014, a equivalência patrimonial relativa ao investimento na Helibrás foi positiva no valor de R\$22.254 mil.

Convênios

Durante o primeiro semestre de 2015, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



A Companhia repassou aos convenentes, no primeiro semestre de 2015, o montante de R\$500 mil referente a celebração de um novo convênio, bem como R\$12,5 milhões relativos a parcelas de convênios celebrados nos anos anteriores. Em 2013 e 2014, foram repassados R\$1.006 milhões. Os recursos repassados são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os valores acima estão apresentados líquidos das devoluções recebidas dos convenentes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. Os recursos repassados se originam de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

A prestação de contas destes convênios deve ser realizada pelos convenentes à MGI no prazo de 90 dias após o término de cada convênio, com a finalidade de confirmar a execução física e financeira de seu objeto e o alcance de seu objetivo social. A não comprovação implica no impedimento de novos repasses de recursos ao convenente e na promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados aos convenentes. Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentava em seus controles internos um total de 174 convênios encerrados sem a respectiva prestação de contas por parte das Secretarias de Estado responsáveis. Esses convênios montam R\$114.743 mil e a Administração vem empreendendo esforços para agilizar a referida prestação de contas.

Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No primeiro semestre de 2015, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$128.986 mil. No mesmo período do ano anterior, foi pago R\$114.025 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido no período uma receita líquida de R\$322 mil com a venda de 12 imóveis por meio de concorrência pública e venda direta.

• DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

No período encerrado em 30 de junho de 2015, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$100.738 mil, 59% inferior ao mesmo período de 2014, quando alcançou R\$242.754 mil.

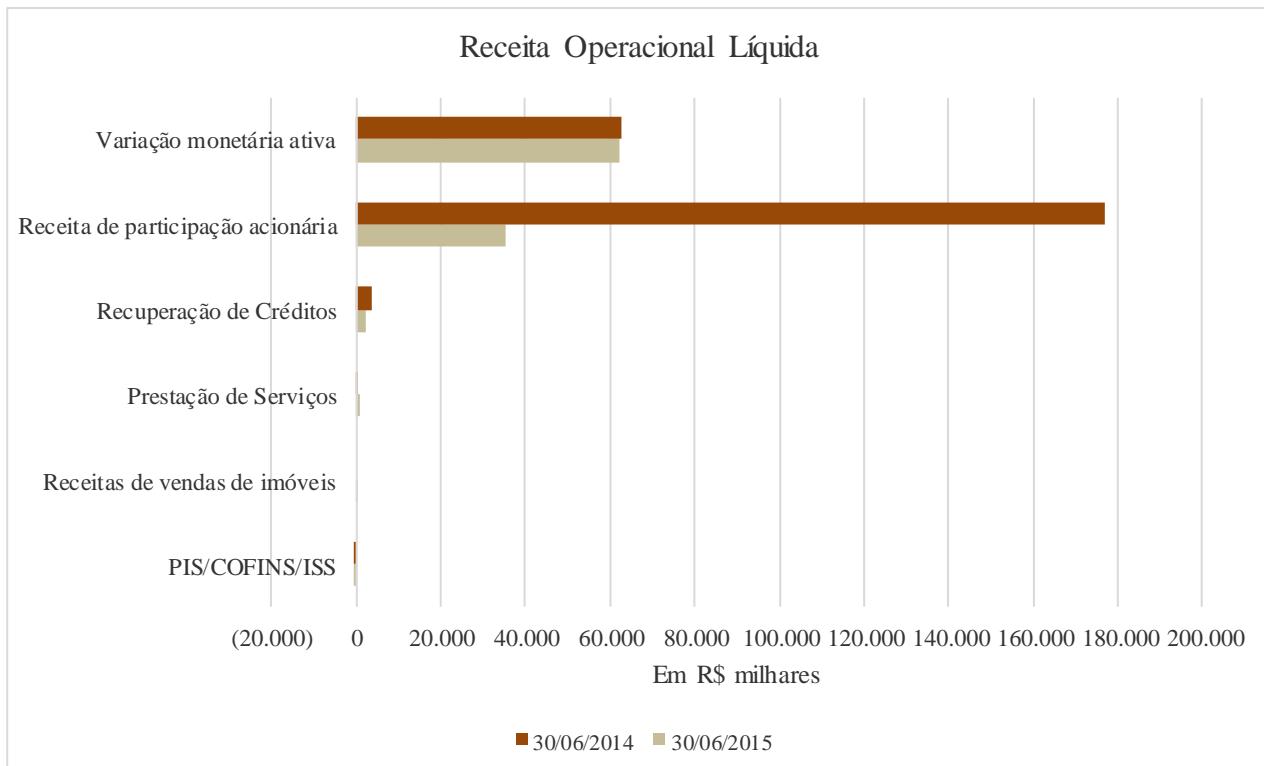
Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



A receita mais expressiva no período foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$61.998 mil no período, representando 62% da Receita Operacional Líquida. No mesmo período de 2014, essa receita totalizou R\$62.728 mil, havendo, portanto, uma redução de 1% em 2015. A diminuição é justificada pela redução da carteira em decorrência das parcelas já recebidas.

A redução observada na receita operacional líquida deveu-se à diminuição de 80% nas receitas com participações acionárias, que somaram R\$35.447 mil neste período, enquanto, no período findo em 30 de junho de 2014, totalizaram R\$176.712, representando 73% da receita operacional líquida naquele período.



Custo Operacional

O custo operacional totalizou R\$102.963 mil no período, superior em 19,46% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$86.188 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizou R\$98.120 mil no período, representando 95% do custo total. Este custo apresentou crescimento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos seguintes fatores:

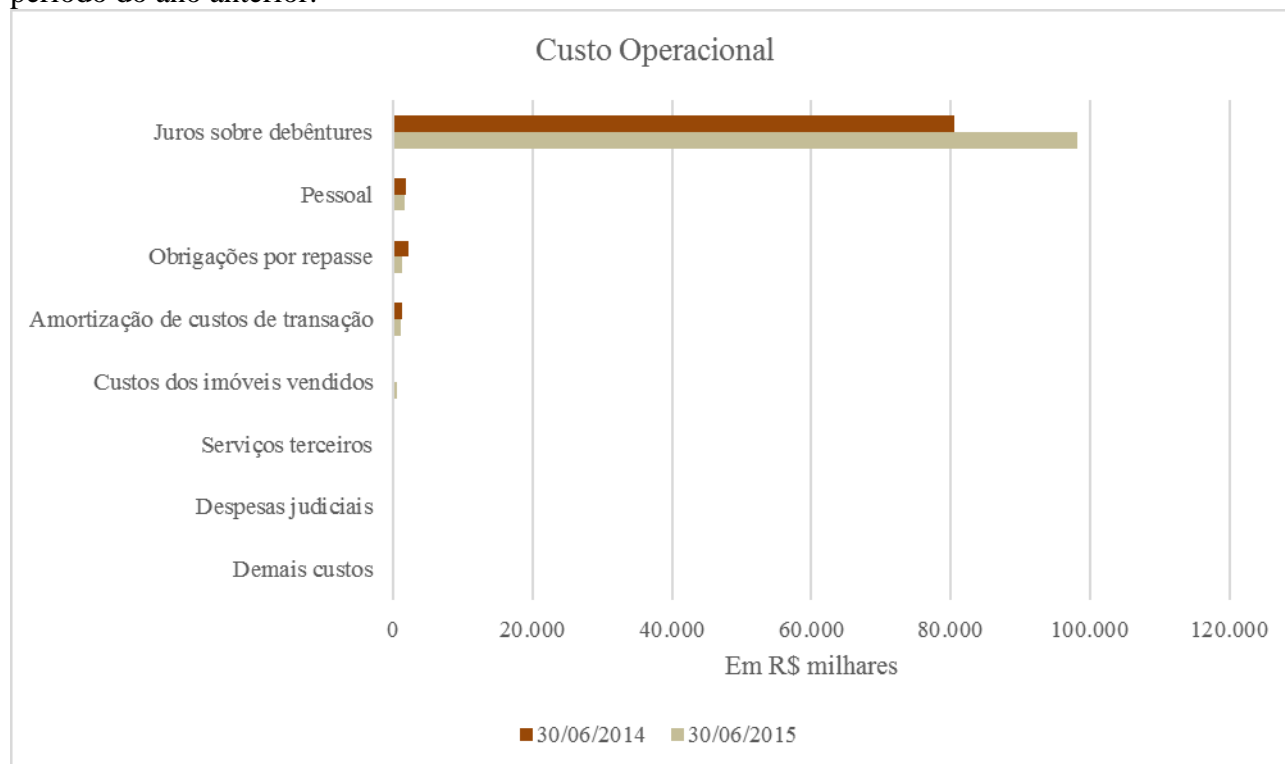
- Quarta emissão de debêntures, realizada em maio de 2014;
- Aumento da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, que possuem remuneração indexada à taxa DI.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



Os demais custos são pouco representativos e tiveram baixa variação em comparação com o mesmo período do ano anterior.



Resultado Operacional

No período findo em 30 de junho de 2015, o custo operacional foi superior às receitas operacionais, gerando um resultado operacional negativo de R\$2.225 mil, enquanto no mesmo período do ano anterior, a Companhia apresentou resultado operacional positivo de R\$156.566 mil.

Os principais fatores que provocaram o prejuízo operacional neste período foram o expressivo aumento do custo com juros sobre debêntures e a expressiva redução das receitas provenientes de participações acionárias, conforme abordado nos itens anteriores.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 49%, de R\$56.867 mil em 30 de junho de 2014 para R\$29.035 mil no mesmo período de 2015.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras junto às maiores instituições nacionais de primeira linha, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

Importante destacar a significativa contribuição da subsidiária EMIP, que participou deste resultado com 27% das receitas financeiras.

Comentário do Desempenho

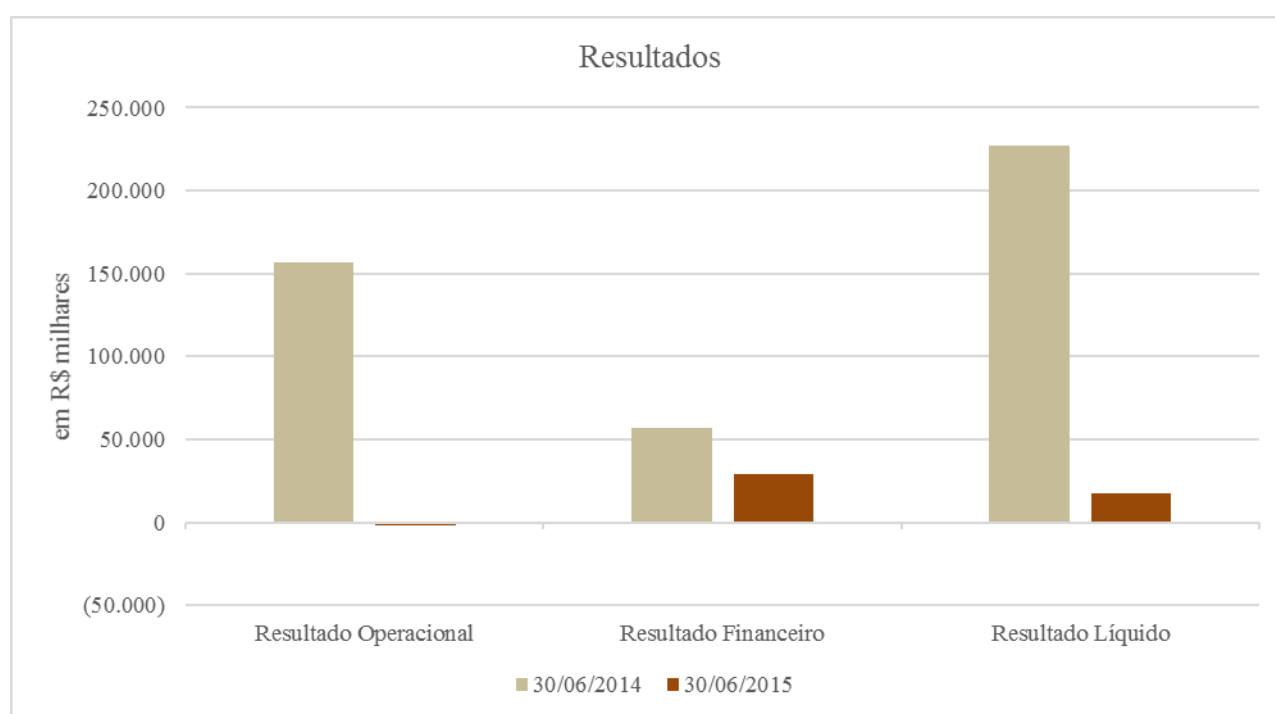
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



Resultado Líquido

A Companhia apresentou lucro líquido R\$17.532 mil no período, resultado 92% inferior ao mesmo período de 2014, quando totalizou R\$226.831 mil.

Conforme mencionado anteriormente, a comparação dos dois períodos revela um crescimento expressivo do custo operacional, em virtude do aumento dos juros sobre debêntures, enquanto a receita sofreu significativa redução em decorrência da diminuição dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das empresas nas quais a Companhia possui participação acionária.



- **ACESSO A INFORMAÇÃO**

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética”, de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

• POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.mgipart.com.br.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITR 02/2015 | consolidado



- **AUDITORIA INDEPENDENTE**

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2015

A Administração

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros

Notas Explicativas



instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 30 de junho de 2015.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizaram, nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014 as importâncias de R\$2.317 e R\$3.448, respectivamente (veja nota 16).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre.

Conforme autorizado pela Lei Estadual n.º 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 6.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$798.172, em 30 de junho de 2015, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 6.c)

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Companhia realizou a segunda Emissão de Debêntures Subordinadas no montante de R\$1.819.000 (“Debentures Subordinadas”), totalmente subscrita pelo EMG em pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, e

Notas Explicativas



como forma de captação de recursos para amortizá-las, realizou a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”) com terceiros, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de R\$316.000 (vide nota 11), cujo recebimento líquido foi utilizado para amortização das Debêntures Subordinadas.

Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

O total da emissão correspondeu a 650 debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$650.000. O prazo de seu vencimento é de 218 meses, contados da data de emissão, carência de 24 meses para amortização do principal, devendo ocorrer, semestralmente a partir de julho/2016. A remuneração será semestral, a partir de julho de 2014. (vide nota 11)

A garantia das debêntures emitidas é de 69.000.000 de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, de titularidade da MGI. O pagamento das obrigações assumidas pela MGI na Escritura de Emissão será garantido pela alienação ou cessão fiduciária, conforme aplicável, dos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia será depositado.

2 Políticas contábeis

Base de Preparação

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas Informações Contábeis Intermediárias são aplicáveis à elaboração das ITRs, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 11 de agosto de 2015.

Práticas Contábeis

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas



A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, títulos e valores mobiliários e outros investimentos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações por repasse e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas Explicativas



d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço.

ii. Recuperação de créditos e Direito de Créditos Autônomos

Os Direitos de Créditos Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

Consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das informações intermediárias consolidadas foram utilizadas as informações intermediárias individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

Notas Explicativas



- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 21.n).

b. Direitos de Créditos Autônomos

Os valores justos no reconhecimento inicial dos Direitos de créditos autônomos são estimados usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial. Vide detalhes das premissas utilizadas na nota explicativa 21.o.

c. Debêntures Subordinadas

Para apuração do valor justo no reconhecimento inicial das Debêntures Subordinadas, foram adotadas as mesmas premissas utilizadas para mensurar o valor justo do contrato de cessão de Direitos de Créditos Autônomos, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos.

d. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante de R\$316.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

e. Debêntures de 4ª Emissão

As debentures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000 foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

Notas Explicativas



4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	12	7	13	7
Aplicações financeiras	39.327	65.247	80.541	65.247
	39.339	65.254	80.554	65.254

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

5 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Arcelor Mittal	a.	2.711	4.114	2.711	4.114
TDA	b.	-	154	-	154
Aplicações financeiras	c.	14.296	30.136	14.296	64.540
Aplicações financeiras vinculadas	d.	190.970	128.949	190.970	128.949
Circulante		207.977	163.353	207.977	197.757
Arcelor Mittal	a.	4.011	5.044	4.011	5.044
Aplicações financeiras vinculadas	d.	34.472	36.681	34.472	36.681
Não Circulante		38.483	41.725	38.483	41.725
TOTAL		246.460	205.078	246.460	239.482

Os títulos e valores mobiliários, da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontravam totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial.

- 6.219 Títulos da Dívida Agrária – TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012. A última parcela foi recebida em 02 de março de 2015.
- Valor referente ao rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);

Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda, terceira e quarta emissões. Tais contas foram abertas com a finalidade de atender à estrutura da operação prevista nas escrituras das referidas emissões de modo que sejam satisfeitos os saldos mínimos das contas correntes, calculados este pelo Agente Fiduciário da terceira emissão em função das seis parcelas de amortização e

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

remuneração vincendas em cada data de verificação, dosando assim a liberação de recursos dos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos para uma conta de Livre Movimentação. Atendidos os saldos mínimos e demais garantias escriturais (Índice de Garantia e Índice de Cobertura – vide nota explicativa 11), o agente fiduciário da terceira emissão autoriza a liberação de recursos para a conta de Livre Movimentação na qual 90% de seu saldo serão compulsoriamente destinados ao pagamento de amortização e remuneração da segunda emissão de debêntures subordinadas. Em 27 de maio de 2014, a Companhia realizou a sua 4ª Emissão de Debêntures Simples (Vide nota 1), com a finalidade de destinar os recursos captados na execução de programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG.

6 Contas a receber de clientes e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
JCP/Dividendos a receber	a.	41.540	17.113	41.540	12.213
Valores a receber de clientes	b.	1.022	54	1.022	54
Créditos a recuperar		15	15	15	15
Direitos de Créditos Autônomos	c.	170.952	183.172	170.952	183.172
Outras contas a receber		201	48	-	-
Circulante		213.730	200.402	213.529	195.454
Direitos de Créditos Autônomos	c.	627.220	634.261	627.220	634.261
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Não Circulante		627.220	634.261	627.220	634.261
Total a receber de todos os créditos		840.950	834.663	840.749	829.715

- a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem preponderantemente de investimentos da Companhia, em participação acionária, na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Grande parte deles está alienado fiduciariamente, como garantias reais das obrigações assumidas na Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples. (vide nota 1).
- b. A Companhia possui com o EMG contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012 a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10. Tais créditos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais vigentes e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos à Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 11).

Notas Explicativas

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 30 de junho de 2015.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado					
	saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Recebimentos	saldo em 30/06/2015
Circulante	183.172	61.871	7.168	(81.259)	170.952
Não Circulante	634.261	(61.871)	54.830	-	627.220
Totais	817.433	-	61.998	(81.259)	798.172

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 21.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	7.349
Até 12 meses	163.602
de 12 a 24 meses	134.249
de 24 a 36 meses	120.463
de 36 a 48 meses	114.861
de 48 a 60 meses	110.869
Após 60 meses	208.567
Total do valor nominal atualizado	859.960
Direitos Creditórios Rompidos (1)	672.929
Efeito do Valor Justo no reconhecimento inicial (2)	(734.717)
Total	798.172

(1). Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2). Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, que teve como contrapartida o saldo das Debêntures Subordinadas no passivo não circulante tendo em vista que estas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos, após a amortização das Debêntures Seniores.

d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

7 Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	a. 26.042	3.530	26.336	3.530
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	b. -	5.349	2.398	5.349
Tributos retidos	c. 4.366	17.601	5.249	19.165
Outros Tributos a Recuperar	24	1	24	1
Total	30.432	26.481	34.007	28.045

Notas Explicativas



7.1 – Tributos a recuperar

- a. Refere-se ao pagamento a maior de Pis, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

7.2 – Tributos estimados

- b. A Companhia e sua subsidiária integral – EMIP, optaram pelo pagamento por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2015, devendo apurar o Lucro real em dezembro de 2015.
- c. Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

8 Depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Cível	a. 3.364	3.237	3.364	3.237
Tributária	583	583	583	583
Total	3.947	3.820	3.947	3.820

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;

9 Investimentos em Coligada e Controlada

Mutação dos investimentos:

	Controladora		
	Helibrás	EMIP	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.244	42.367	52.611
Participação no resultado abrangente da coligada	(1.860)	-	(1.860)
Equivalência patrimonial	(3.361)	4.691	1.330
Reversão dividendos a pagar	-	4.899	4.899
Saldos em 30 de junho de 2015	5.023	51.957	56.980

9.1 Helicópteros do Brasil S.A. – HELIBRÁS S.A.

A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada/controlada:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	Helibras	Helibras
Ativo circulante	915.034	934.977
Ativo não circulante	326.084	289.569
Total do Ativo	1.241.118	1.224.546
Passivo circulante	890.677	558.861
Passivo não circulante	310.106	583.415
Patrimônio Líquido	40.335	82.270
Total do passivo e patrimônio líquido	1.241.118	1.224.546
Receita líquida	144.357	671.303
Resultado do período/exercício	(27.155)	(20.989)

9.2 EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

A Companhia possui uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., o quadro abaixo apresenta a relação de pagamentos de contraprestações efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados.

A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Em 2013, parte do seu capital, correspondente a R\$530.516, foi reclassificado para “Obrigações por Repasses” tendo esses recursos a destinação de realizar os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Parcerias Público-Privadas	<u>31/12/2014</u>	<u>movimentação</u>	<u>30/06/2015</u>
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	136.809	68.547	205.356
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	81.658	49.516	131.174
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	21.341	10.924	32.265
	239.808	128.987	368.795

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

	30/06/2015				30/06/2015		
	30/06/2015	ajuste	divulgado		30/06/2015	ajuste	divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	79.461	(38.245)	41.216	Proventos e encargos a recolher	6	-	6
Tributos a recuperar	1.175	-	1.175	Provisão de IR/CS a pagar	2.398	-	2.398
Tributos estimados	2.398	-	2.398	Tributos a recolher	709	-	709
Ativos mantidos para venda	11.094	-	11.094	Fornecedores a pagar	201	-	201
Outras contas	11	-	11	Outras contas a pagar	624	-	624
Total do ativo circulante	94.139	(38.245)	55.894	Total do PC	3.938	-	3.938
Contas a receber de clientes - EMG	368.795	(368.795)	-	Obrigações por repasse - PPP	407.040	(407.040)	-
Imobilizado	1	-	1				
Total do ativo não circulante	368.796	(368.795)	1	Total do PNC	407.040	(407.040)	-
				Total do passivo	410.978	(407.040)	3.938
				Patrimônio líquido			
				Capital social	452.664	-	452.664
				Reclassif. Obrig. por repasses PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reserva de lucros	1.642	-	1.642
				Resultado	4.691	-	4.691
				Total do PL	51.957	-	51.957
Total do Ativo	462.935	(407.040)	55.895	Total do Passivo e PL	462.935	(407.040)	55.895

9.3 – Impacto no Investimento da MGI

Com base nos itens acima mencionados, o investimento da MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

	Controladora				Controladora		
	30/06/2015	ajuste	30/06/2015 divulgado		30/06/2015	ajuste	30/06/2015 divulgado
ATIVO				PASSIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	39.339	-	39.339	Fornec. outras ctas a pg	194	-	194
Titulos e valores mobiliários	207.977	-	207.977	Salários encargos sociais	838	-	838
Ctas a rec de clientes e outros créd.	213.730	-	213.730	Tributos a recolher	66	-	66
Tributos	30.432	-	30.432	Obrigações por repasse	9.078	-	9.078
Outras contas	239	-	239	Debêntures	142.968	-	142.968
Total do ativo circulante	491.717	-	491.717	Total do PC	153.144	-	153.144
Titulos e valores mobiliários	38.483	-	38.483	Debêntures	742.492	-	742.492
Depósitos judiciais	3.947	-	3.947	Obrigações por repasse	409.200	(407.040)	2.160
Ctas a rec de clientes e outros créd.	627.220	-	627.220	Passivo fiscal diferido	1.242	-	1.242
Investimentos em coligada	464.020	(407.040)	56.980	Total do PNC	1.152.934	(407.040)	745.894
Outros investimentos	944.046	-	944.046	Total do passivo	1.306.078	(407.040)	899.038
Imobilizado	161	-	161	Patrimônio líquido			
Intangível	19	-	19	Capital social	2.724.091	-	2.724.091
Total do ativo não circulante	2.077.896	(407.040)	1.670.856	Reclassif. Obrig. por repasses			
				PPP	(407.040)	-	(407.040)
				Reclassif. Obrig. por repasses			
				Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
				Reserva de lucros	51.341	-	51.341
				Aj. Aval. patrimonial	(19.233)	-	(19.233)
				Total do PL	1.263.535	-	1.263.535
Total do ativo	2.569.613	(407.040)	2.162.573	Total do passivo e PL	2.569.613	(407.040)	2.162.573

Notas Explicativas

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém sobre a MGI. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

10 Outros investimentos

		Controladora e Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
Participações ao valor justo	a.	934.112	1.036.472
Participações ao custo de aquisição	b.	9.934	9.934
TOTAL		944.046	1.046.406

a. Participações ao valor justo

O valor justo dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 30 de junho de 2015 estão representados por 78.582.845 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações trimestrais, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 21.n).

a.1 Segregação das ações da CEMIG

- a. Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743. Conforme mencionado na nota 16, com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes a MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferencias, para a emissão de 650 debentures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1). Neste 1º semestre, a Companhia efetuou o aporte no valor de R\$165.000 como reforço voluntário de garantia visando assegurar o Índice de Cobertura. Esse IC está destacado conforme nota 11.c.

		Quantidade de ações	
		Controladora e Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
CEMIG - bloqueadas		78.582.845	78.582.845
TOTAL		78.582.845	78.582.845

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

		Controladora e Consolidado		
		Cemig	Copasa	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.032.579	3.893	1.036.472
Varição nos investimentos		(100.586)	(1.774)	(102.360)
Saldos em 30 de junho de 2015		931.993	2.119	934.112

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Os investimentos em títulos e valores patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 21.n.

Notas Explicativas



b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América Latina Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	108	108
TOTAIS	9.934	9.934

11 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 30 de junho de 2015 estão assim evidenciados:

Tipo	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	
Debêntures Subordinadas (a)						
Passivo circulante	5.498	-	39.409	-	-	44.907
Passivo não circulante	781.700	-	-	-	-	781.700
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(734.717)	-	-	-	-	(734.717)
Total	52.481	-	39.409	-	-	91.890
Debêntures Seniores (b)						
Passivo circulante	53.029	25.447	8.912	(8.913)	(27.038)	51.437
Passivo não circulante	77.380	(25.447)	-	-	-	51.933
Total	130.409	-	8.912	(8.913)	(27.038)	103.370
Debêntures 4ª emissão (c)						
Passivo circulante	44.888	(201)	49.799	(48.064)	202	46.624
Passivo não circulante	643.375	201	-	-	-	643.576
Total	688.263	-	49.799	(48.064)	202	690.200
TOTAL DE DEBÊNTURES	871.153	-	98.120	(56.977)	(26.836)	885.460
Passivo circulante	103.415	25.246	98.120	(56.977)	(26.836)	142.968
Passivo não circulante	767.738	(25.246)	-	-	-	742.492

a. Debêntures de 2ª Emissão – Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e usadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Créditos Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

Notas Explicativas



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

A amortização extraordinária das Debêntures Subordinadas somente ocorrerá se o valor disponível for superior ao valor dos juros devidos na data da amortização extraordinária. Caso o valor disponível seja inferior ao valor dos juros devidos, este será integralmente utilizado para o pagamento parcial dos juros devidos e não haverá pagamento de amortização extraordinária. Portanto, a Companhia, registra no passivo circulante, somente os juros incorridos até esta declaração.

Desde que as Debêntures Seniores estejam integralmente amortizadas ou resgatadas, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como "Rompidos", ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013 -, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 30 de junho de 2015 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
Total	8.295

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), que consistem no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados mensalmente pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão. O IC é dado pelo quociente entre: (i) os recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no mês; e (ii) a

Notas Explicativas



soma das obrigações pagas ou devidas no mês (juros e amortização), não podendo ser inferior a 1,8.

O IGR é dado pelo quociente entre: (i) o somatório dos direitos de crédito autônomos vincendos até 30 de agosto de 2017, acrescido dos saldos da conta de serviço da dívida e da conta de pagamento, no último dia útil do mês anterior ao apurado; (ii) saldo devedor das debêntures no último dia útil do mês anterior ao mês apurado, não podendo ser inferior a 200%. A conta de serviço da dívida é sempre ajustada de maneira que mantenha saldo igual ou superior ao somatório das próximas seis parcelas vincendas de amortização e remuneração das Debêntures Seniores.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo destes índices, que, em 30 de junho de 2015, foram amplamente atendidos:

3ª Emissão de Debêntures Simples		
Covenants - Índices de acompanhamento das garantias*		
Mês de Referência	IC	IGR
jun/15	2,06	321,00%

* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculados por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

c. Debêntures de 4ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil – DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição. Sua remuneração será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento. O primeiro pagamento de amortização do principal está previsto para julho de 2016 e o último na data de vencimento (julho de 2032).

Enquanto as debêntures da 4ª emissão estiverem ativas, caso se verifique a ocorrência de qualquer dos eventos previstos no artigo 1.425 do Código Civil ou de qualquer ato de constrição que venha a recair sobre os direitos relativos às ações ou sobre os direitos relativos às contas vinculadas à operação, as garantias prestadas deverão ser integralmente recompostas. Ademais, caso o Índice de Cobertura, em qualquer dia útil, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o Índice de Cobertura no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o Índice de Cobertura seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o Índice de Cobertura retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia para evitar o rompimento do Índice de Cobertura, no mesmo dia do possível rompimento. Neste período, houve necessidade de complemento voluntário de garantia, impedindo rompimento do Índice de Cobertura, conforme explicado na nota 10.a.1.

Notas Explicativas



12 Obrigações por repasses

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a. 8.273	7.043	8.273	7.043
Recursos da venda de imóveis de terceiros	b. 476	69	476	69
Créditos cedidos a maior	6c. 2.160	2.160	2.160	2.160
Créditos de terceiros	c. 296	405	920	405
Outras obrigações	33	24	33	24
	11.238	9.701	11.862	9.701
Circulante	9.078	7.541	9.702	7.541
Não Circulante	2.160	2.160	2.160	2.160

- a. Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b. Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contratos de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c. Créditos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos a serem repassados ao EMG.

13 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes dos impostos	17.532	226.831	19.930	232.857
Receita de dividendos	(35.431)	(176.519)	(35.431)	(176.519)
Equivalência patrimonial	(1.330)	(33.934)	(3.361)	(21.714)
Base de cálculo para IRPJ	(19.229)	16.378	(18.862)	34.624
Total Imposto de renda e contribuição social	-	(3.791)	(2.398)	(6.967)
Taxa efetiva	0,00%	23,15%	-12,71%	20,12%

13.1 - Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial dos investimentos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	3.653	106.013	3.653	106.013
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(913)	(26.503)	(913)	(26.503)
Contribuição social (9%)	(329)	(9.540)	(329)	(9.540)
Passivo fiscal diferido	(1.242)	(36.044)	(1.242)	(36.044)

Saldo acumulado do Passivo Fiscal diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	Movimentação	30/06/2015
Saldo	36.044	(34.802)	1.242

Notas Explicativas



14 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado juntos a SEF; (iii) dividendos da Cemig e Helibrás; (iv) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG.

	30/06/2015				31/12/2014			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos								
Circulante:	976	-	41.535	42.511	120	-	-	120
Contas a receber de clientes e outros créditos	976	-	41.535	42.511	120	-	-	120
Passivos								
Circulante	53.985	-	-	53.985	287.022	-	-	287.022
Obrigações por Repasse	9.078	-	-	9.078	19.444	-	-	19.444
Debêntures 2ª emissão	44.907	-	-	44.907	267.578	-	-	267.578
Não Circulante	49.143	-	-	49.143	511.749	-	-	511.749
Debêntures 2ª emissão	46.983	-	-	46.983	509.589	-	-	509.589
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	2.160	2.160	-	-	2.160
	30/06/2015				30/06/2014			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Receitas	1.025	(3.361)	35.430	33.094	256	22.254	176.519	199.029
Serviços Prestados	1.025	-	-	1.025	256	-	-	256
Participações Acionárias	-	-	35.430	35.430	-	-	176.519	176.519
Equivalência Patrimonial	-	(3.361)	-	(3.361)	-	22.254	-	22.254

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Diretoria	353	369
Conselho de Administração	147	130
Honorários	500	499

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3.000.000. Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, no montante de R\$179.275, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, passando de R\$2.544.816 para R\$2.724.091.

Notas Explicativas



Com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em especial o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, item 11, que menciona a definição de passivo financeiro e instrumento patrimonial, entende-se que nesta operação há obrigação de entrega de ativos financeiros (repasso para convênios e PPP) e que pela essência, deve ser registrada como passivo financeiro.

Assim previsto, a MGI reclassificou o capital após os aportes e reduções, efetuados pelo Estado de Minas Gerais no valor de R\$1.492.664, do Patrimônio Líquido, conta de “Capital Social” para o Passivo não circulante, conta de “Obrigações por Repasse”.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	movimentações	30/06/2015
Capital Social	2.544.816	179.275	2.724.091
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(407.040)	-	(407.040)
Reclassificação obrigação por Repasse Convênios	(1.085.624)	-	(1.085.624)
Capital Social ajustado - CPC 39	1.052.152	179.275	1.231.427

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

A composição do capital social em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

ACIONISTAS	31/12/2014				30/06/2015			
	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	%	Ações (1)	Capital Social (2)	Capital Social Integralizado (2)	%
Estado Minas Gerais	575.674.222	2.544.522	2.544.522	99,9558	575.674.222	2.723.717	2.723.717	99,9558
BDMG	165.323	191	191	0,0287	165.323	243	243	0,0287
CEMIG	53.307	62	62	0,0093	53.307	78	78	0,0093
Ações em Tesouraria	35.860	41	41	0,0062	35.860	53	53	0,0062
TOTALS	575.928.712	2.544.816	2.544.816	100,0000	575.928.712	2.724.091	2.724.091	100,0000

Obs: 1 - Quantidade de ações em unidade. 2 - Valores em milhares de reais.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

Notas Explicativas**e. Juros sobre capital próprio**

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício.

g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	575.929	604.038	1.054.417	604.038
Resultado do período	17.532	226.831	17.532	226.831
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	30,44	375,52	16,63	375,52

16 Receita

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas de serviços	1.025	256	1.025	256
Receitas de recuperação de créditos	2.317	3.448	2.317	3.448
Receita de participação acionária b	35.447	176.712	35.447	176.712
Receitas de atualização de créditos a	61.998	62.728	61.998	62.728
Receitas de vendas de imóveis	-	-	322	-
Impostos sobre serviços (ISS)	(51)	(13)	(51)	(13)
PIS/COFINS	(290)	(377)	(320)	(377)
Receita	100.446	242.754	100.738	242.754

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de outros investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Cemig	35.430	176.519	35.430	176.519
Copasa	9	89	9	89
Gerdau Açominas S.A.	7	93	7	93
Outras	1	11	1	11
	35.447	176.712	35.447	176.712

Notas Explicativas**17 Custos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal	1.718	1.910	1.718	1.910
Obrigações por repasse	1.230	2.197	1.230	2.197
Serviços terceiros	222	217	222	217
Despesas judiciais	69	51	69	51
Juros sobre Debêntures	a 98.120	80.539	98.120	80.539
Amortização de custos de transação	1.003	1.205	1.003	1.205
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	556	-
Demais custos	45	69	45	69
	102.407	86.188	102.963	86.188

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 4ª Emissão.

18 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas Financeiras				
Receitas aplicações financeiras	18.773	38.276	26.688	56.227
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.055	1.056	1.055	1.056
Receitas de atualização de créditos	1.451	254	1.505	262
	21.279	39.586	29.248	57.545
Despesas Financeiras				
IOF	(212)	(481)	(212)	(481)
Outras despesas	(1)	(197)	(1)	(197)
	(213)	(678)	(213)	(678)
Resultado Financeiro Líquido	21.066	38.908	29.035	56.867

19 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG, integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683, com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil, e o restante R\$141.200, refere-se as operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo desses aportes é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, até 30 de junho de 2015 foram repassados R\$1.019.094 aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos municípios convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas



Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	movimentação	30/06/2015
	saldo inicial		saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	17.957	(17)	17.940
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.925	(10)	1.915
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	87.367	(223)	87.144
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	10.131	-	10.131
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	14.733	(264)	14.469
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	837.940	13.696	851.636
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	35.996	(318)	35.678
Sec. Est. Governo - SEGOV	181	-	181
	1.006.230	12.864	1.019.094

Para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou o aporte de capital, recebido do acionista controlador EMG, da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações com Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originários desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros. Além, disso a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

A prestação de contas destes convênios deverá ser feita pela Conveniente à MGI ao final dos prazos dos convênios ou dos aditamentos efetuados. O prazo estabelecido é de 90 dias da data de término do Convênio. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia apresentava em seus controles internos o total de 174 convênios vencidos sem a respectiva apresentação da prestação de contas por parte das Secretárias. O total de convênios celebrados com estas entidades e que se encontram por ora vencidos e sem a respectiva prestação de contas monta a R\$114.743 mil.

A atual administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas.

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Valor do Convênio	Quantidade de Convênios
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	3.150	31
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.925	28
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	80.453	79
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	6.734	21
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	19.633	4
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	2.848	11
	114.743	174

Notas Explicativas



20 Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

O Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 6.d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$44.747. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.625. Valores atualizados pela taxa Selic até a data dessas informações trimestrais. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

21 Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas Explicativas



c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 30 de junho de 2015 decorreu-se trinta e seis meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

Em relação às debentures de 4ª emissão, na eventualidade de ocorrerem mudanças nas condições do mercado financeiro, de *commodities* e/ou de capitais, nacional ou internacional, que afetem ou, possa afetar as atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.339	65.254	80.554	65.254
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	5	246.460	205.078	246.460	239.482
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	6	840.950	834.663	840.749	829.715
Total		1.126.749	1.104.995	1.167.763	1.134.451

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo

Notas Explicativas



valor justo conforme premissas definidas na nota 21.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 6.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Passivo financeiro não derivativo				
Fornecedores e outras contas a pagar	194	261	194	261
Debêntures Subordinadas	11	91.890	91.890	52.481
Debêntures Seniores	11	103.370	103.370	130.409
Debêntures 4ª Emissão	11	690.200	690.200	688.263
Obrigações por repasse	12	11.238	11.862	9.701
Total		896.892	897.516	881.115

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debentures da 4ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2014 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em julho de 2016 e o último na data de seu vencimento.

Notas Explicativas



g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Indexador CDI		
Aplicações financeiras	94.837	130.635
Aplicações financeiras vinculadas	225.442	164.782
Total de direitos creditórios (a)	798.172	817.433
Debêntures	(885.460)	(871.153)
Saldo líquido de exposição	232.991	241.697
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	6.722	9.312

(a) - Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas



- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2015, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

	Risco	(reduções em milhares de reais)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(8.009)	(16.018)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	13,75	10,31	6,88

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,26% do Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de junho de 2015, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,001%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas



O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2015		31/12/2014		30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	246.460	246.460	205.078	205.078	246.460	246.460	239.482	239.482
Títulos e valores mobiliários	246.460	246.460	205.078	205.078	246.460	246.460	239.482	239.482
Empréstimos e recebíveis	1.737.842	1.586.257	1.715.778	1.571.633	1.738.265	1.586.680	1.710.830	1.566.685
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	42.778	42.778	17.230	17.230	42.577	42.577	12.282	12.282
Direitos de Créditos Autônomos	798.172	646.587	817.433	673.288	798.172	646.587	817.433	673.288
Fomecedores	194	194	261	261	194	194	261	261
Obrigações por repasse	11.238	11.238	9.701	9.701	11.862	11.862	9.701	9.701
Debêntures	885.460	885.460	871.153	871.153	885.460	885.460	871.153	871.153

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Notas Explicativas



Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse** – As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Notas Explicativas



Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	<u>Reconhecimento inicial</u>
24 de julho de 2012	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

p. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	Saldo em 30/06/2015	Valor justo em 30 de junho de 2015		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa nota 10.a	934.112	934.112	-	-
Demais investimentos nota 10.b	9.934	-	-	9.934

Notas Explicativas



A nota explicativa 10.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e consequentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

22 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Veículos	137	269
Comercial	806	806
Responsabilidade Civil	-	1.100
TOTAL	943	2.175

23 Transações que não afetaram o caixa

Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia. Essa transação não envolveu caixa e por isso, o valor de R\$179.275, não está refletido na demonstração do fluxo de caixa.

24 Evento Subsequente

Em 24 de julho de 2015, a Companhia comunicou ao Mercado o Fato Relevante referente a aprovação do Conselho de Administração da Companhia, sobre a reestruturação da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, representada por 650 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Na reestruturação ora proposta, a Companhia deverá emitir até 900 (novecentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) da espécie com garantia real, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a integralização das debêntures da 5ª emissão ocorrerá por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais serão automaticamente canceladas.

As debêntures da 5ª emissão serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e destinada exclusivamente a investidores qualificados. Seu valor nominal unitário será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) com vencimento previsto para em 12 de julho de 2032.

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI, acrescida de *spread* de 3,0035% (três inteiros e trinta e cinco milionésimos por cento) ao ano.

O pagamento das debêntures será garantido pela: (i) alienação fiduciária de 19.645.711 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze) de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG de titularidade da Companhia,; (ii) cessão fiduciária

Notas Explicativas

dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse.

As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“CS Fundo”).

Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro

Otílio Prado - Membro

Daniel França de Freitas - Membro

Mariah Brochado Ferreira - Membro

Diretoria Executiva

Mário Assad Júnior – Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo – Diretor Vice-Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Administrativo

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Gomes Sampaio de Freitas – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

MGI – Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MGI – Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

De acordo com a nota explicativa 19, as prestações de contas referente aos convênios devem ser efetuadas pelo Conveniente em até 90 dias da data do término de cada convênio. Até a conclusão da nossa revisão, os controles internos adotados pela Administração referente a essas prestações de contas apresentavam 174 convênios sem a respectiva prestação de contas por parte das secretarias. Conseqüentemente, não foi possível determinar se existem efeitos a serem efetuados na rubrica de Convênios e firmar juízo sobre as divulgações mínimas referente a tais prestações de contas em 30 de junho de 2015.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (o) às informações intermediárias que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38 – Reconhecimento e mensuração e CPC 46- Mensuração do valor justo. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3